

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – FAZENDA NOVA CANAÃ, IRECÊ - BA.

Leonardo Alves Porto Vitorio¹; Medson Janer da Silva²;
Jonielson Rodrigues Vieira³.

RESUMO: A construção de um novo projeto de desenvolvimento depende da capacidade de organização dos atores do próprio Território. O estudo de caso desenvolvido no Território de Irecê, no empreendimento Fazenda Nova Canaã, tornou-se economicamente sustentável pela sua abrangência e por ser um exemplo de desenvolvimento, demonstrando eficiência e eficácia em seus resultados, por fornecer alimentos orgânicos de qualidade. À medida que os custos da produção de alimentos diminuem, os recursos poupados poderão ser investidos em outros projetos de desenvolvimento, visando o alto ganho social, gerando renda suficiente para custear a produção, comprovando que a viabilidade de produtos alternativos da agricultura familiar, servindo de abastecimento próprio. Espera-se que com a venda no comércio do excedente, venha melhorar a qualidade de vida das associações na produção coletiva e solidária, por ser uma experiência exitosa, está servindo de exemplo de sucesso às associações de produtores rurais do município de Irecê.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A Fazenda Nova Canaã localiza-se no Território e Município de Irecê a uma distância de 480 km de Salvador. É uma iniciativa da Associação Beneficente Projeto Nordeste, com fins filantrópicos que visa resgatar e inserir crianças e jovens na sociedade através de formação educacional – ed. infantil a 3ª série do ensino médio, em uma faixa etária de 4 a 16 anos.

De acordo com o site oficial do programa Nova Canaã, 551 crianças e jovens vivem em constante aprendizado, realizam práticas de esporte, contam com atendimento médico, odontológico e psicológico e a Entidade ainda emprega cerca de 150 pessoas ligadas direta ou indiretamente na manutenção e operação do empreendimento.

Atualmente a fazenda possui um custo mensal alto com a compra de proteína animal e vegetal para suprir as 700 refeições oferecidas aos alunos e funcionários duas vezes ao dia. Partindo dessa problemática, o objetivo geral desse trabalho é avaliar e

1 Biólogo, Analista Técnico Agrícola do Centro Público de Economia Solidária do Território de Irecê-BA (CESOL COMVIDA). leoalvesbiologo@gmail.com

2 Engenheiro Agrônomo, Mestre em Fitotecnia pela ESALQ/USP e Doutor em Geografia Humana pela USP, Professor da Faculdade Irecê. Coordenador do Centro Público de Economia Solidária do Território de Irecê-BA (CESOL COMVIDA). medsonjaner@hotmail.com

3 Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, Agente Sócio Produtivo de Economia Solidária do Território de Irecê-BA (CESOL COMVIDA). jonielsonvieira@hotmail.com

apontar soluções para o desenvolvimento sustentável das atividades de manutenção da Fazenda Nova Canaã.

Com os objetivos específicos espera-se alcançar a diminuição dos gastos com proteína animal e vegetal através da implantação da agroindústria de frango semi-caipira e estruturação do sistema mandala de produção de frutas, legumes e verduras (FLVs), método este, mais eficiente de produção para região semiárida, já que se gasta menos água no processo de cultivo, além de proporcionar melhor aproveitamento do solo com o cultivo de várias espécies numa mesma área.

Também será possível proporcionar aulas práticas de campo aos estudantes na produção de (FLVs), incluindo suas famílias, para mostrar a importância da viabilidade econômica e da economia solidária, que poderá ser praticada também nas comunidades rurais onde vivem, visando o desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida.

2 DESENVOLVIMENTO

O Território de Irecê está localizado no semiárido baiano e faz fronteira ao oeste com o Território do Velho Chico, ao sul com o da Chapada Diamantina e a leste com Piemonte. Possui atualmente 20 Municípios: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentil do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique, com uma população de 418.166 pessoas (PTDRS, 2010).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS, 2010), destaca que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em uma energia crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento. É dentro dessa lógica de pensamento, que a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE descreve os centros públicos de Economia Solidária:

Os Cesol's são instrumentos importantes para a consolidação de uma política pública transversal para a economia solidária na Bahia, convergindo diversas ações de formação, assistência técnica, divulgação, comercialização, crédito, expressão cultural e articulação social e política do movimento de economia solidária. São, portanto, centros de excelência e difusão da economia solidária que oferecem condições para o desenvolvimento do Território de Irecê com ampla participação da sociedade civil.

Reforçando este contexto o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aponta alguns princípios importantes para a economia solidária:

Cooperação ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;

Autogestão, as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;

Ação Econômica sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;

Solidariedade, a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável. (MTE, 2015).

O Desenvolvimento e a escala humana se constroem a partir do protagonismo real, verdadeiro de cada pessoa. Em consequência se deve privilegiar toda diversidade cultural, étnica, total igual de autonomia dos espaços em que cada pessoa seja, e se sinta protagonista. (SILVA 2000 - et al, p: 30).

O lugar é o receptor da flecha do tempo, é o espaço do acontecer solidário o futuro está no lugar, e ainda que o lugar seja o revelador e escancara o mundo, ou seja, pelo lugar podemos encarar o mundo e tudo acontece no lugar. O Desenvolvimento Sustentável de um local ocorre a partir das ações de seus atores, da aptidão e perfil da região, a qual vai consolidá-lo como identidade. A agricultura alternativa tornou-se um grande negócio para o produtor rural, por ser um segmento rentável e dinâmico do complexo rural, com um investimento pequeno e de retorno rápido.

Considerada de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social, pois, desempenha o papel de alavancar vários outros segmentos de produção de alimento e qualidade de vida. Pesquisas com culturas e métodos alternativos, baseados nos saberes e fazeres locais indicam opções para pequena empresa rural, a ração de subprodutos da cultura da mandioca, engorda de frango caipira com ração alternativa de mandioca, suínos e bovinos em regime de semiconfinamento, além das culturas alternativas de cará, inhame e gengibre, consideradas culturas de múltiplo aproveitamento, tanto na alimentação humana como animal, são excelentes fornecedoras de matéria orgânica para o solo com sua parte aérea, os quais podem ser

considerados ecológicos, pois não apresentam inimigos naturais, dessa forma, não lhes são necessárias às aplicações de defensivos agrícolas.

A utilização destas culturas animais e vegetais, consideradas alternativas, facilita o pequeno produtor, pois são culturas resistentes, que não demonstram tecnologias de ponta, agregando valores aos produtos, com isso, maximizando lucros e minimizando custos, o que contribui para geração de renda do segmento rural, fixando o homem ao campo e promovendo uma identidade local, (SILVA et al, 2000).

A agricultura familiar é uma unidade de produção onde se relacionam intimamente trabalho, terra e família. Ela não representa uma classe social, nem o resultado de uma diferenciação social entre o agricultor familiar (exploração moderna com mão-de-obra familiar e inserida no sistema capitalista) e o camponês (categoria social atrasada e não capitalista). Acreditamos então, que seja mais adequado uso da expressão produção familiar que agricultura familiar, já que nessas unidades não desenvolvem somente atividades agrícolas, (VALE, 2002).

A família rural é que seria um grupo que divide o mesmo espaço e tem em comum a propriedade de um pedaço de terra e, geralmente é formada por pessoas ligadas por parentesco e consanguinidade. Para SCHNEIDER (2001) citado por VALE (2002).

e é no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é uma função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam garantir a reprodução social do grupo.

A família pode então ser considerada como um agente integrador e a racionalidade econômica que determinam a produção e a reprodução dos seus valores. O grupo familiar deve então, ser valorizado por integrar seus membros e dar sentido a suas relações sociais. Mas, em nível de comunidade rural, as famílias não conseguem ter um relacionamento de grupo, cada uma agindo a sua própria direção, em busca de um mercado ilusório que lhe daria uma suposta melhoria de qualidade de vida.

Na verdade, sabe-se que o associativismo e o cooperativismo são a mola propulsora para que se possa assegurar um trabalho sustentável e duradouro, de uma comunidade, pois exige organização/participação, mesmo porque a sociedade tem o poder de transformar-se mediante decisões e ações de seus membros e essa é a dinâmica para superar os limites. (FERNANDES Jr., et al, 2000).

A expressão território e o derivado territorialidade tem uso antigo nas ciências sociais e naturais. Recentemente, porém, com a retomada dos estudos da geografia política e de geopolítica, voltaram a ser mais utilizados e a ter maior atualidade. Hoje, concorre com termos tradicionais de espaço e região, esta última tendendo a cair em

desuso. Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e denominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma, de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies. Em Ciências Sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado pelos geógrafos preocupados com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território e que procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado. Os especialistas em teoria do Estado também costumam afirmar que o Estado se caracteriza por possuir três elementos essenciais: o território, o povo e o governo, enquanto a nação é caracterizada pela coexistência do território e do povo, mesmo inexistindo governo e, conseqüentemente o Estado (ANDRADE, *apud* SANTOS *et al*, 1998).

Partindo do princípio que o território é imprescindível à humanidade para sua reprodução física, cultural e econômica, torna-se necessário compreender as ações expressas pela sociedade na sua formulação. Para isso, a sociedade específica do sertanejo do Território de Irecê, apropriou-se de mecanismos da sociedade envolvente, interagiu com a política estabelecida pelo governo brasileiro ao longo dos séculos e conquistou legalmente o direito sobre seu território.

Historicamente o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de processo material e modernização tecnológica. Tal concepção decorre de uma visão racionalista que só enxerga desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos, além de crer (sem dó!) no processo linear e tecnicista. Características, aliás, do modernismo. Entender o desenvolvimento não se trata apenas de uma questão conceitual, mas igualmente de postura e de sentimento, para perceber que na comunidade estão não só os problemas como igualmente a força para superá-los. Não há desenvolvimento real sem consciência e cidadania e sem respeito às diferenças culturais.

Desenvolvimento não se concretiza sem bem-estar. A dimensão humana do desenvolvimento está, fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, o que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e as aflições que, aliás, caracterizam a pobreza humana. Voltar-se para as pessoas e não para os objetivos, eis o princípio básico do desenvolvimento à escala humana. O caráter, necessariamente participativo e democrático do desenvolvimento local é o seu “calcanhar de Aquiles”, de vez que o participativo é de fato uma conquista a ser empreendida por cada pessoa. Na essência da participação pessoal está, além de tomada de consciência, a formação de um censo crítico e a sensibilidade.

Implícito no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. O entendimento da escala local, como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, está associada ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais. Uma nova concepção de desenvolvimento, que valoriza o local como referência territorial, quer aproximar-se das pessoas, apoiar-se na solidariedade comunitária, instrumentalizar a comunidade e envolvê-la efetivamente na superação dos seus próprios problemas. O “local” à escala das inter-relações pessoais, da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade.

O lugar é esta base territorial; é também cenário interativo das representações e das práticas humanas que são o cerne de sua singularidade; é o “espaço da convivência humana”, onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento. Entende-se que o desenvolvimento local não tem sentido se não se constituir em uma estratégia de enfrentamento real às manifestações da pobreza, objetivando a igualdade de opções e não de renda.

Fundamental é a mobilização e a organização comunitária em busca do desenvolvimento por uma perspectiva de construção social, sendo este o processo orientador e condutor de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão somente o atendimento às carências materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar. Desenvolvimento local não se promove, acontece. Entendê-lo, tanto quanto as piores manifestações da pobreza humana na atualidade requer necessariamente uma revisão de posturas (e de compreensão), especialmente daquelas por demais arraigadas em fetichismos e radicalismos, em concepções restritas da cultura, ou mesmo academicistas. Muhamad Yunus tem razão quando afirma que não se pode solucionar o problema da pobreza com o mesmo “marco teórico” que permitiu ou ajudou na sua criação (MARTINS, 2000).

O conceito de local e de global em economia espacial pode ser equiparado a regional ou internacional. Não é apenas uma oposição entre o objeto de estudo, mas uma oposição de métodos. O “meio local” (região ou país) é caracterizado por uma personalidade, uma região acha-se em relação mais ou menos benéfica com outras regiões. Semelhante tipo de abordagem centra-se na estrutura interna de um espaço e explica suas relações com outros espaços, mas globalmente não é uma visão estruturalista. Ao contrário, a abordagem global define as regiões por suas posições numa

estrutura mais vasta. A região (e suas características) é o produto do inter-regionalismo. Por exemplo, essa abordagem exprime-se frequentemente em relações entre o “centro” e a periferia (BENKO, 1999).

A atual rede de fluxos, mediada por satélites, computadores e supersônicos, ou a globalidade, ao mesmo tempo em que promove a unificação generalizada do mundo, revela a individualização de micromundos. A rede de conexão entre os lugares do planeta promove a simultaneidade de conexões entre informações, mercadorias e pessoas, integrando essas variáveis em circuitos de conexão. Através das redes e dos fluxos existentes, os lugares ficam, desse modo, cada vez mais dependentes das inumeráveis possibilidades geradas pelo mecanismo de deslocamento rápido e integrado do mundo gerado pela globalidade.

Por outro lado, a constituição dos circuitos de conexão é realizada a partir da seleção de pontos ou nós a serem integrados na rede. Esses lugares-pontos passam a serem eleitos, em função das suas virtualidades, dado o objetivo pretendido pelo agente organizador do circuito integrado. Sendo assim, o mundo também fica cada vez mais dependente dos recursos ou da ordem interna dos lugares. Os circuitos integrados em rede, ao unificar e identificar lugares revelam duas racionalidades. De um lado, ainda persiste a racionalidade promovida pela internacionalização do sistema capitalista ocidental, promovida por valores e princípios do modelo de desenvolvimento econômico, conhecida como razão instrumental, dependente da mediação da ciência e da técnica e baseada na competição, controle e dominação do homem e da natureza.

Nesse caso, a riqueza é representada pela produção de bens materiais e o bem-estar é entendido como a posse (consumo) desses bens. Surgiu da consciência de um mundo natural com recursos ilimitado a conquistar e controlar. De outro emerge a razão sinérgica, resultado do esforço simultâneo e cooperativo na realização de uma ação, com base em uma nova consciência, a da interdependência dos homens entre si e desses com a natureza. A riqueza, nesse caso, começa a ser avaliada, com base na capacidade social de se solidarizar para garantir a sobrevivência e de conhecer os limites da natureza. A sinergia é o comportamento de um sistema completo, em que a potencialização não vem mais da soma de esforços, mas da combinação integrada dos mesmos, com base em novos valores (LE BOURLEGAT, 2000).

Cada lugar é uma totalidade porque as ações que interagem criam eventos, estes que acontecem e transformam. Os eventos ocorrem nos lugares, portanto, é um conjunto de ações denominadas totalizações, estas se definem através da periodicidade,

que nada mais é do que entender a história. O lugar é tão importante para entender o mundo, quanto o próprio mundo.

Lugar é o espaço do acontecer solidário, é o receptor da flecha do tempo e cada flecha do tempo que entra em um lugar, transforma a totalidade. O futuro está no lugar, este que é revelador e abriga a forma/conteúdo, ou seja, a força está no lugar (SOUZA, 1999).

A relação sociedade-espaço está na base da discussão marxista do temário geográfico. Para efeitos de análise será examinada, num primeiro momento, a forma mais elementar de intercâmbio material presente nessa relação, contendo, de um lado, a sociedade com as suas necessidades, trabalhos e formas de organização para a produção e, de outro, o espaço com seu substrato material mais imediato, expresso nos recursos naturais e na natureza em geral. Neste estudo específico, temos os sertanejos e seu território com seus usos e costumes, sendo influenciados pela tecnologia globalizada, sem qualquer orientação de uso e de aplicabilidade na prática do dia-a-dia do ator local do sertão baiano.

Desde logo, é preciso enfatizar que não se trata aqui do exame de conexões entre homem e quadro natural, com eventuais relações de causalidades entre eles. Do ponto de vista da teoria marxista sobre essa questão, trata-se, isto sim, de se investir nessa relação com intercâmbio material, processo no qual o trabalho humano é a categoria central.

A ótica eminentemente social é que pressupõe, desde o início, uma relação permanente de apropriação da natureza pelo homem. Para Marx, o próprio trabalho é definido como “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MORAES e COSTA, 1999).

Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura / tradição / língua / hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, o que vai sendo modificado como consequência do processo de constituição mundial. O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 1996).

Assim como este projeto foi pensado no espaço da Fazenda Nova Canaã, entretanto com foco no Território de Irecê, onde o homem e a mulher do sertão vive uma realidade própria das condições do lugar, o fato de técnicas que envolvem seus saberes e fazer levam os mesmos a buscar seu desenvolvimento a partir do local e do território, onde existe uma identidade dentro da diversidade em escala humana.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Com base em visitas de diagnóstico participativo e reuniões com os gestores, verificou-se a importância social deste projeto junto às comunidades rurais de Irecê e do território, constatou-se que seria possível proporcionar uma produção alimentar de forma sustentável visando diminuir gastos relativos à alimentação por frango, frutas, legumes e verduras (FLVs) oferecidas duas vezes ao dia para cerca de 700 pessoas. Além de ser um projeto para ser utilizado como uma experiência exitosa as Unidades Familiares dos alunos desta instituição. Sendo a Fazenda escola um laboratório de atividades alternativas a serem levadas as comunidades rurais do município pelos seus próprios alunos.

O projeto tem uma forte relevância social por levar a sustentabilidade econômica para mais de 500 (quinhentos) alunos de dez associações das comunidades do município de Irecê e para os 150 funcionários. O projeto discutido pelo grupo de trabalho foi na implantação de mandalas e produção de frangos semi-caipiras com um mini abatedouro de frango, o que diminuiu os custos com alimentação local e serviu de aprendizado aos alunos e unidades familiares.

Que as respostas obtidas nesta primeira etapa da implantação dos aviários e estruturação do setor produtivo e de agroindústria local, já foram suficientes para dar continuidade do trabalho com desenvolvimento sustentável do empreendimento com expectativa de crescimento e formação de mão de obra especializada para o território.

4 CONCLUSÃO

No meio rural o segmento de maior importância econômica e social e com grande potencial de fortalecimento e crescimento é a agricultura familiar, ela é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável.

A agricultura familiar emprega hoje, no Brasil, cerca de 80% das pessoas que trabalham na área rural, representando cerca de 18% do total da população economicamente ativa. Além disso, a geração de um emprego no campo, principalmente na agricultura familiar, representa custo bem mais baixo que a geração de um emprego nas atividades urbanas. É o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil.

Com o incentivo à agricultura, dinamiza-se o desenvolvimento nos outros setores econômicos. Estabelecer um projeto de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura familiar sustentável não é apenas uma proposta política para o setor rural é, uma necessidade e uma condição de fortalecimento da economia de um grande número de municípios brasileiros. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano.

A agricultura familiar é também a base para o fortalecimento da sociedade civil na área rural. Somente a agricultura familiar pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas que irão consolidar a democratização e a participação da população rural, construindo a cidadania no campo.

Quase todos os movimentos e organizações têm defendido que o espaço local é o mais propício para a construção de políticas alternativas e de novas opções de desenvolvimento e de participação da sociedade, porém, a dificuldade tem sido inúmeras.

O grande desafio colocado para administrações comprometidas com a melhoria das condições de vida da população e com a democratização do governo, e para os movimentos sociais, é o de garantir a construção de políticas de desenvolvimento que consigam articular o projeto local com o projeto global. Mas que, sobretudo garantam processos participativos com democracia, transparência e controle social, equidade e redistribuição, eficácia e eficiência.

Como diz MAX, citado por Damiani (2001), o pobre não é somente aquele privado de recursos, mas aquele incapaz de se apropriar dos meios de subsistência, por meio do trabalho. Existe, assim, a seguinte mediação social a se considerar: a qualidade de necessidade que o capitalista, que o emprega, tem de seu trabalho. Portanto, as condições que o colocam diante dos meios de subsistência, a partir de seu salário, são fortuitas a seu ser orgânico. Isto decorre porque no capitalismo, a finalidade da produção de mais capital, e não a satisfação das necessidades da população.

Daí o desenvolvimento de municípios e territórios que se encontram no interior do Brasil, convivem com um setor rural falido. Como é o caso do sertão baiano. O falso sonho de atrair médias indústrias para as pequenas cidades, apostando todos os recursos

municipais, buscando gerar empregos e aumento da arrecadação fiscal está cada vez mais difícil de concretizar. Durante muitos anos, esta perspectiva de desenvolvimento norteou as ações de muitas administrações municipais, mas, é hoje a realidade de um número quase que insignificante de municípios.

O abandono a que o setor rural, em especial os agricultores familiares, esteve exposto nos últimos anos, sendo considerados sem importância econômica e social pela maioria dos governos municipais, é um exemplo claro deste caminho escolhido por inúmeras administrações, que foi um dos pontos fracos encontrados, que se tornou uma ameaça e o principal fator do empobrecimento do local.

Creio que, a pluriatividade no meio rural, seja uma alternativa de desenvolvimento sustentável, devido sua interface com outros setores da economia, presentes no local. Além de que, a pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para substituir, mas para afirmar como uma forma de organização do trabalho e da produção de características multivariadas, SCHNEIDER, (2001).

Neste caso, o desenvolvimento local e sustentável, deve ser o resultado da ação articulada do conjunto dos diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, existentes no município e região, na construção de um projeto estratégico que orienta as suas ações em longo prazo. Portanto, não se trata apenas de políticas públicas, mas de uma nova cultura e de ações voltadas para a construção de um objetivo comum, o de produzir neste caso, através da administração participativa na agricultura alternativa.

A construção de um novo projeto de desenvolvimento depende, portanto da capacidade de organização dos atores do próprio território de gerenciar os seus recursos locais, bem como, de enfrentar os fatores externos à governabilidade local. Não é através da ação de atores ou de políticas externas, o que, aliás, seria um processo de cima para baixo, portanto não democrático.

O estudo de caso desenvolvido no Território de Irecê, o empreendimento a Fazenda Nova Canaã se tornou um empreendimento economicamente sustentável pela

sua abrangência no Território e de ser um exemplo de desenvolvimento, demonstrando eficiência e eficácia em seus resultados, por fornecer alimentos orgânicos de qualidade. À medida que os custos da produção de alimentos diminuem, os recursos poupados poderão ser investidos em outros projetos de desenvolvimento, visando o alto ganho social, gerando renda suficiente para custear a produção, comprovando que a viabilidade de produtos alternativos da agricultura familiar servindo de abastecimento próprio e a venda no comércio do excedente venha melhorar a qualidade de vida das associações na produção coletiva e solidária. Assim como é uma experiência exitosa que está servindo de exemplo de sucesso as associações de produtores rurais do município de Irecê do Território.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1992, 275p.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**: São Paulo em perspectiva. 11(2), 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro. IPEA. 2000. P. 1- 31.

Centro Público de Economia Solidária do Território de Irecê. Disponível em:<<http://cesol.comvida-ba.org.br/>> Acesso em: 13 nov. 2015, 08h40min:32.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. Editora Hucitec. São Paulo. 1996.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. Editora Contexto. São Paulo, SP. 2001.

FERNANDES Jr. José Resina *et al.* **Desenvolvimento Local – Associativismo no Distrito de Rochedinho**. In: Anais do II Seminário de Desenvolvimento Local da UCDB. Editora UCDB. Campo Grande, MS. 2000.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994, 98p. (Projeto UTF/BRA/036).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Economia Solidária**. Disponível em:<<http://www.mte.gov.br/index.php/trabalhador-economia-solidaria>> Acesso em: 12 nov. 2015, 15:23:11.

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê. P 9 e10., nov. 2010.

Projeto Nova Canaã. Disponível em:<<http://www.projetonovacanaa.com.br/>> Acesso em: 12 nov. 2015, 14:15:53.

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE DA BAHIA - SETRE.
Postos **Cesol.** Disponível
em:<[http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php? conteudo=24](http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24)> Acesso
em: 13 nov. 2015, 09:14:27.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade como estratégia de Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sul do Brasil.** In: Estudos da Sociedade e Agricultura – n. 16. UNIVERSIDADE RURAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

SILVA, Medson Janer (org.) et al. **Métodos e Culturas Alternativas na Agricultura Familiar.** Editora UCDB. Campo Grande, MS. 2003.

SILVA, Medson Janer da; FERNANDES JUNIOR, José Resina; OLIVEIRA, Sérgio Ostetto; COSTA, Marta Regina Brostolim. **Diagnóstico, Modelo e Estratégias de Desenvolvimento Local no Município de Aquidauana-MS e Aldeia TERENA de Limão Verde.** In: II Seminário de Desenvolvimento Local – Combate a Pobreza: A sustentabilidade social no processo de desenvolvimento local. Resumos. 17 e 18 de novembro de 2000. Campo Grande – MS, p: 30.

SILVA, Medson Janer da. **Desenvolvimento Local através da Agricultura Alternativa para Pequenas Comunidades Rurais.** In: II Seminário de Desenvolvimento Local – Combate a Pobreza: A sustentabilidade social no processo de desenvolvimento local. Resumos. 17 e 18 de novembro de 2000. Campo Grande – MS, p: 57.

VALE, Ana Rute de. **Pluriatividade de Produção Familiar no Brasil: O Exemplo do Agroturismo.** In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos 2002. João Pessoa – PB. 2002.